

# **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015**

Elaborado conforme instruções contidas na Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014.

**EXERCÍCIO DE 2015**

**PORTARIA Nº 004/16 - SEPLAN  
DE 25 DE JANEIRO DE 2016**

**PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25.01.16, edição 016 - suplemento  
REPUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, POR INCORREÇÃO, EM 22.03.16, edição 054 - suplemento**

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

- I - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
- II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
- III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
- IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
- VI - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

**Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE DE 2015 -JAN/15 - DEZ/15

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		Em reais
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.546.283.106,51	-
Pessoal Ativo	3.967.444.012,17	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.452.372.993,69	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	126.466.100,65	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	953.690.527,65	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	312.904,72	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.638.552,25	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	946.739.070,68	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.592.592.578,86	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	4.592.592.578,86	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.712.347.552,03	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,87	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>	5.249.050.300,49	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	4.986.597.785,47	
LIMITE DE ALERTA (inciso III, § 1º do artigo 59) - <44,10%>	4.724.145.270,45	

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 17h

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE DE 2015 -JAN/15 - DEZ/15

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		Em reais
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.093.115.462,25	-
Pessoal Ativo	5.286.593.632,18	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.680.055.729,42	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	126.466.100,65	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.195.966.230,82	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.206.628,66	-
Decorrentes de Decisão Judicial	116.705.197,66	-
Despesas de Exercícios Anteriores	19.924.854,98	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.057.129.549,52	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.897.149.231,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.897.149.231,43	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.712.347.552,03	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	55,05	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <60%>	6.427.408.531,22	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <57%>	6.106.038.104,66	
LIMITE DE ALERTA (inciso III, § 1º do artigo 59) - <54%>	5.784.667.678,10	

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 17h

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Tabela 2.2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

Em reais					
RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.791.212.596,77	5.913.640.195,08	6.422.020.199,25	7.314.129.163,62
	Dívida Mobiliária	-	-	-	-
	Dívida Contratual	5.172.486.827,64	5.304.669.352,79	5.841.261.256,13	6.361.055.897,03
	Interna	3.365.015.212,41	3.333.514.336,32	3.525.569.916,88	3.886.629.155,51
	Externa	1.807.471.615,23	1.971.155.016,47	2.315.691.339,25	2.474.426.741,52
	Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	543.147.862,13	533.392.935,29	505.181.036,12	877.495.359,59
	Demais Dívidas	75.577.907,00	75.577.907,00	75.577.907,00	75.577.907,00
	DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	543.735.406,64	1.355.532.730,44	1.576.029.967,96	870.333.543,10
	Disponibilidade de Caixa Bruta	790.477.200,19	1.466.121.512,82	1.663.374.004,41	1.122.622.774,17
	Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	246.741.793,55	110.588.782,38	87.344.036,45	252.289.231,07
	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	5.247.477.190,13	4.558.107.464,64	4.845.990.231,29	6.443.795.620,52
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.152.969.912,70	10.428.277.613,93	10.443.675.172,86	10.712.347.552,03
	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	57,04%	56,71%	61,49%	68,28%
	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	51,68%	43,71%	46,40%	60,15%
	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>	20.305.939.825,40	20.856.555.227,86	20.887.350.345,72	21.424.695.104,06
	LIMITE DE ALERTA (inciso III, § 1º do artigo 59) - <180%>	18.275.345.842,86	18.770.899.705,07	18.798.615.311,15	19.282.225.593,65
	<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>				
	DÍVIDA DE PPP	-	-	-	-
	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	5.207.918,54	692.987,56	-	-
	De Tributos	4.177.971,74	565.904,51	-	-
	De Contribuições Sociais	1.029.946,80	127.083,05	-	-
	Previdenciárias	1.029.946,80	127.083,05	-	-
	Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
	Do FGTS	-	-	-	-
	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	5.167.278.909,10	5.303.976.365,23	5.841.261.256,13	6.361.055.897,03
	<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
	DEPÓSITOS	-	-	-	-
	RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
	<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	-	-	-	-
	Passivo Atuarial	-	-	-	-
	Demais Dívidas	-	-	-	-
	DEDUÇÕES (V) <sup>4</sup>	-	-	-	-
	Investimentos	-	-	-	-
	Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
	(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-	-	-	-

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 26/jan/2016; 17h

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente <sup>1</sup>	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	210,00%	10,00%	10,00%	186,00%	209,00%	227,00%	207,00%	202,00%	222,00%	206,00%	199,00%	174,00%
% Limite de Endividamento												
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	155,00%	129,00%	118,00%	118,13%	111,45%	115,24%	95,36%	86,61%	91,42%	73,17%	70,52%	74,97%
% Limite de Endividamento								45,71%				37,48%
Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	78,44%	60,34%	68,72%	60,32%	61,42%	64,55%	32,68%	30,78%	39,16%	32,68%	30,78%	41,12%
% Limite de Endividamento			34,36%			32,28%			23,70%			20,56%
Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	29,00%	30,28%	38,21%	43,71%	32,30%	51,68%	43,71%	46,40%	60,15%			
% Limite de Endividamento			19,10%			25,84%			30,08%			

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 17h

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

<sup>2</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

Em reais				
RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	10.050.462,04	11.327.107,58	13.798.290,76	14.774.882,98
Aval ou fiança em operações de crédito - Centrais Elétricas do MA	10.050.462,04	11.327.107,58	13.798.290,76	14.774.882,98
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>10.050.462,04</b>	<b>11.327.107,58</b>	<b>13.798.290,76</b>	<b>14.774.882,98</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.152.969.912,70	10.428.277.613,93	10.443.675.172,86	10.712.347.552,03
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,10	0,11	0,13	0,14
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	2.233.653.380,79	2.294.221.075,06	2.297.608.538,03	2.356.716.461,45
LIMITE DE ALERTA (inciso III, § 1º do artigo 59) - <19,80%>	2.010.288.042,71	2.064.798.967,56	2.067.847.684,23	2.121.044.815,30
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	1.807.471.615,23	1.971.155.016,47	2.315.691.339,25	2.474.426.741,52
Aval ou fiança em operações de crédito	1.807.471.615,23	1.971.155.016,47	2.315.691.339,25	2.474.426.741,52
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>	<b>1.807.471.615,23</b>	<b>1.971.155.016,47</b>	<b>2.315.691.339,25</b>	<b>2.474.426.741,52</b>

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 17h

Nota: <sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

**Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Em reais

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	No Quadrimestre de Referência (a)	VALOR EXECUTADO ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	358.932.694,62	541.235.556,56
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	358.932.694,62	541.235.556,56
Interna	358.932.694,62	538.932.694,62
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito (PMAE/PROINVESTE/BNDES ESTADOS)	358.932.694,62	538.932.694,62
Externa	-	2.302.861,94
Outras Operações de Crédito (PROFISCO)	-	2.302.861,94
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite (Externa)	-	-
<b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u></b>		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.712.347.552,03	-
OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS - [LRF, art. 37] (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	541.235.556,56	5,05%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.713.975.608,32	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III, § 1º do artigo 59) - <19,80%>	1.542.578.047,49	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	749.864.328,64	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	541.235.556,56	5,05%

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 17h

Notas:



Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

ESTADO DO MARANHÃO – CONSOLIDADO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>782.784.050,32</b>	<b>-</b>	<b>125.234.258,00</b>	<b>-</b>	<b>129.727.256,53</b>	<b>527.822.535,79</b>	<b>415.458.653,39</b>	<b>-</b>
Contrapartida de Convênios - 5301	261.816,88	-	113.483,24	-	-	148.333,64	90.425,02	-
Contrapartida de empréstimo BID - 2101	-	-	-	-	-	-	44.064,84	-
Contrapartida de empréstimo BNDES - 3101	5.135.165,64	-	-	-	-	5.135.165,64	-	-
Contrapartida de convênios - 5101	9.385.124,03	-	500.000,00	-	2.724,00	8.882.400,03	2.633.820,30	-
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 102	2.546.882,92	-	52.352.460,92	-	121.891.474,18	(171.697.052,18)	44.762.557,03	-
Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 302 - RECURSO DE SUPERÁVIT	602,56	-	-	-	-	602,56	-	-
Contrapartida de empréstimo BNDES - 3102	622,12	-	-	-	-	622,12	-	-
Contrapartida de Convênios - 5302	1.122.037,34	-	-	-	-	1.122.037,34	-	-
Contrapartida de Convênios - 5102	39,97	-	-	-	-	39,97	-	-
Recursos Destinados ao Ensino Superior Público Estadual - 103	3.540.444,93	-	18.462.999,42	-	3.955.988,79	(18.878.543,28)	9.464.545,87	-
Recursos Destinados ao Ensino Superior Público Estadual - 303 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrapartida de Convênios - 5303	465.502,57	-	-	-	-	465.502,57	42.800,00	-
Contrapartida de Convênios - 5103	91.555,45	-	-	-	-	91.555,45	-	-
Recursos Transferidos pelo FUNDEB - 105	62.853.148,37	-	14.730.556,98	-	-	48.122.591,39	-	-
Impostos - Participação dos Municípios - 106	-	-	2.952.379,16	-	-	(2.952.379,16)	-	-
Receitas de Serviços da Saúde Vinculadas ao SUS - 108	48.483.994,88	-	705.761,54	-	-	47.778.233,34	39.532.531,13	-
Receitas de Serviços da Saúde Vinculadas ao SUS - 308 - RECURSO DE SUPERÁVIT	41.229,83	-	-	-	-	41.229,83	343.406,76	-
Salário-Educação - Cota Parte Estadual - 109	1.174.927,11	-	166.597,31	-	-	1.008.329,80	173.718,75	-
Salário-Educação - Cota Parte Estadual - 309 - RECURSO DE SUPERÁVIT	24.939,20	-	-	-	-	24.939,20	-	-
Salário-Educação - Cota Parte Federal - 110	9.488.751,80	-	84.850,82	-	-	9.403.900,98	119.061,48	-
Salário-Educação - Cota Parte Federal - 310 - RECURSO DE SUPERÁVIT	52.954.806,32	-	151.420,54	-	-	52.803.385,78	3.929.521,30	-
Convênios com Órgãos Federais - Fonte Tesouro - 111	122.557.811,22	-	326.173,95	-	64.809,32	122.166.827,95	7.149.046,25	-
Convênios com Órgãos Federais - Fonte Tesouro - 311 - RECURSO DE SUPERÁVIT	17.390.293,09	-	447.497,69	-	23.020,54	16.919.774,86	6.520.690,31	-
Contrapartida de Convênios - 5111	20.340,44	-	-	-	-	20.340,44	-	-
Convênios com Órgãos não Federais - Fonte Tesouro - 112	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios com Órgãos não Federais - Fonte Tesouro - 312 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Interna - 114	191.299.758,80	-	3.068.116,83	-	46.943,64	188.184.698,33	118.221.692,23	-
Operações de Crédito Interna - 314 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	6.837,45	(6.837,45)	-	-
Operações de Crédito Externa - 115	642.043,31	-	-	-	-	642.043,31	2.866.422,18	-
Operações de Crédito Externa - 315 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-	-
Teto Financeiro e Epidemiológico - 120	35.448.135,42	-	0,05	-	-	35.448.135,37	5.607.188,06	-
Teto Financeiro e Epidemiológico - 320 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	9.613.582,29	-
Ações e Serviços Públicos em Saúde - 121	2.657.331,54	-	26.316.849,63	-	3.030.963,13	(26.690.481,22)	111.292.322,31	-
Contrapartida de empréstimos do BNDES - 3121	11.077,31	-	-	-	-	11.077,31	-	-
Contrapartida de Convênios - 5121	137.623,68	-	-	-	-	137.623,68	-	-
Fundo Maranhense de Combate à Pobreza - FUMACOP - 122	107.792.764,34	-	158.460,00	-	-	107.634.304,34	19.729.997,54	-
Fundo Maranhense de Combate à Pobreza - FUMACOP - 322 - RECURSO DE SUPERÁVIT	12.635.583,58	-	-	-	-	12.635.583,58	-	-
Transferência de Recursos da Vigilância Sanitária - 123	777.398,16	-	-	-	-	777.398,16	200.000,00	-
CIDE - 124	6.858.582,10	-	3.602.409,51	-	-	3.256.172,59	1.948.293,11	-
CIDE - 324 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Recursos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - 128	5.341.756,12	-	-	-	-	5.341.756,12	7.655,32	-
Transferências de Recursos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - 328 - RECURSO DO SUPERÁVIT	2.051.732,40	-	-	-	-	2.051.732,40	353.493,10	-
Convênio com Órgãos Federais - 211	40.917.365,96	-	1.073.227,66	-	704.495,48	39.139.642,82	27.351.837,65	-
Convênio com Órgãos Federais - 611 - RECURSO DO SUPERÁVIT	8.294.755,34	-	21.012,75	-	-	8.273.742,59	627.409,16	-
Convênio com Órgãos não Federais - 212	30.378.105,59	-	-	-	-	30.378.105,59	2.654.571,40	-
Convênio com Órgãos não Federais - 612 - RECURSO DO SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	178.000,00	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>497.199.329,70</b>	<b>-</b>	<b>142.202.624,24</b>	<b>-</b>	<b>170.733.667,18</b>	<b>184.263.038,28</b>	<b>196.334.006,69</b>	<b>-</b>
Recursos Ordinários - Tesouro - 101	61.992.417,20	-	140.462.823,35	-	133.484.030,30	(211.954.436,45)	136.542.265,10	-
Recursos Ordinários - Tesouro - 301 - RECURSO DE SUPERÁVIT	1.667.861,60	-	194.000,00	-	-	1.473.861,60	6.422.332,80	-
Receitas Operacionais de Fundos - 107	56.819.574,92	-	96.418,30	-	296.317,14	56.426.839,48	32.913.945,36	-
Receitas Operacionais de Fundos - 307 - RECURSO DE SUPERÁVIT	6.792.123,72	-	-	-	-	6.792.123,72	1.306.721,20	-
Outras Transferências Federais - 113	721.456,19	-	7.808,37	-	-	713.647,82	18.645,89	-
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais - 116	2.120.494,74	-	72.000,00	-	-	2.048.494,74	87.000,00	-
Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais - 316 - RECURSO DE SUPERÁVIT	2.632.103,38	-	169.500,00	-	-	2.462.603,38	160.500,00	-
Doações de Entidades Internacionais - 117	668,20	-	-	-	-	668,20	-	-
Doações de Entidades Internacionais - 317 - RECURSO DE SUPERÁVIT	8.368,14	-	-	-	-	8.368,14	-	-
Doações de Entidades Internacionais - 217 - Demais fontes	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Diretamente Arrecadados - Fonte Tesouro - 118	10.704.978,70	-	16.804,78	-	18.335.583,05	(7.647.409,13)	4.028.516,84	-
Recursos Diretamente Arrecadados - Fonte Tesouro - 318 - RECURSO DE SUPERÁVIT	36.350,00	-	-	-	-	36.350,00	36.350,00	-
Doações de Entidades Nacionais - Fonte Tesouro - 119	203.750,23	-	-	-	-	203.750,23	-	-
Doações de Entidades Nacionais - Fonte Tesouro - 319 - RECURSO DE SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços contra incêndio e pânico - 129	63.560,07	-	-	-	-	63.560,07	14.778,50	-
Recursos Diretamente Arrecadados - Demais Fontes - 218	349.487.881,67	-	1.183.269,44	-	18.617.736,69	329.686.875,54	14.629.736,59	-
Recursos Diretamente Arrecadados - Demais Fontes - 618 - RECURSO DO SUPERÁVIT	3.947.740,94	-	-	-	-	3.947.740,94	173.214,41	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.279.983.380,02</b>	<b>-</b>	<b>267.436.882,24</b>	<b>-</b>	<b>300.460.923,71</b>	<b>712.085.574,07</b>	<b>611.792.660,08</b>	<b>-</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	<b>936.160.695,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>936.160.695,56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 14h

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo VII		Em reais	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		10.712.347.552,03	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		4.592.592.578,86	42,87
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>		5.249.050.300,49	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>		4.986.597.785,47	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		6.443.795.620,52	60,15%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		21.424.695.104,06	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		14.774.882,98	0,14
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.356.716.461,45	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		541.235.556,56	5,05%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.713.975.608,32	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		749.864.328,64	7,00%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		560.022.445,60	583.490.847,64

FONTE: SIAFEM - SEPLAN; 22/mar/2016; 17h